Como, à revelia de D. Manuel I, o vice-rei D. Francisco de Almeida, vingando a morte do filho, ganhou a batalha mais importante dos Descobrimentos.

1509

A Batalha que Mudou o Domínio do Comércio Global

CENTROATLANTICO.PT

JORGE NASCIMENTO RODRIGUES
TESSALENO DEVEZAS

1509

A Batalha que Mudou o Domínio do Comércio Global

Jorge Nascimento Rodrigues
Tessaleno Devezas

CENTROATLANTICO.PT

1509
A Batalha que Mudou o Domínio do Comércio Global

Editor
Centro Atlântico

Colecção
Desafios

Autores
Jorge Nascimento Rodrigues
Tessaleno Devezas

Coordenador editorial
Jorge Nascimento Rodrigues

Revisão e *copydesk*
Catarina Nascimento Rodrigues

Capa e paginação
António José Pedro

Imagem de capa
Pintura a óleo *Flor de La Mar*, por Francisco Alberto Cutileiro,
usada sob concessão do Museu de Marinha (Lisboa).

Ilustrações no diário
Luísa Stenzel

Impressão e acabamento
Papelmunde – SMG, Lda

1.ª edição: Outubro de 2008
ISBN: 978-989-615-069-3
Depósito Legal: ------/07

© Centro Atlântico, Lda., 2008
Av. Dr. Carlos Bacelar, 968 – Esc. 1-A
4764-901 V. N. Famalicão, Portugal

Rua da Misericórdia, 76
1200-273 Lisboa, Portugal
Tel. 808 20 22 21

geral@centroatlantico.pt
www.centroatlantico.pt

Reservados todos os direitos por Centro Atlântico, Lda.
Qualquer reprodução, incluindo fotocópia, só pode ser feita com autorização expressa dos editores da obra.

® 1509 é uma marca registada, utilizada, em exclusivo, pelo Centro Atlântico sob concessão do titular.

Índice

Agradecimentos 13

Introdução
A importância de uma batalha naval há 500 anos 15

Memória da época onde não havia o 'impossível' 19
Sentido de um livro 21

Mapa · Locais e datas relativos aos acontecimentos entre 1497 e 1521 24

Acto I **O Diário perdido de Talib al-Fahani**
1505-1509 ·✈ O olhar do rival sobre as batalhas de Chaul e Diu 27

Entreacto 28
Cairo, 7 de Fevereiro de 2008 29
Cairo, 8 de Fevereiro de 2008 33
Cairo, 9 de Fevereiro de 2008 45
Cairo, 4 de Maio de 1505 49
Cairo, 10 de Fevereiro de 2008 57
Cairo, 4 de Maio de 1505 60
Cairo, 1º Dhu al-hijjah, 910 aH 65
Cairo, Muharram 911 aH 68
Suez, Rabi al-akhira 911 aH 70
Cairo, Jumada al-ula 911 aH 77
Cairo, 10 de Fevereiro de 2008 87
Cairo, 11 de Fevereiro de 2008 97
Cairo e Suez, Jumada al-akhira 911 aH 99
Suez, Shaaban 911 aH 102
Suez, Yanbu, e Jedá, Ramadan 911 aH 104

Jedá, Shawwal 911 aH 105
Jedá, Dhu al-qi'dah 911 aH 105
Jedá, Dhu al-hijjah 911 aH 109
Jedá, Muharram 912 aH 110
Cairo, 11 de Fevereiro de 2008 113
Dhu al-qi'dah 913 aH 118
Diu, Dhu al-hijjah 913 aH 124
Diu, 19º Dhu al-qi'dah 914 d.H 126
Cairo, 11 de Fevereiro de 2008 131
Cairo, 12 de Fevereiro de 2008 134

Acto II **O «Lago» Muçulmano**
1488-1498 ·✈ Quando o Atlântico 'entrou' no Índico 135

Entreacto 136
Caravanas das monções 137
Um oceano precoce 138
O centro económico do planeta 139
O paradoxo da morcela... 140
... e o paradoxo do «Lago» 141
Aguarela de soft power 142
O Plano da Índia 143
O susto que Colombo deu na Azambuja 145
Painel I · A evolução da geoestratégia portuguesa associada à Expansão 146
Aroma das especiarias mais forte do que a Mina 151
O primeiro «choque de civilizações» 152
Mais improviso do que intelligence 154
A primeira escaramuça naval 155
Carta da sorte 156

Acto III **A chegada de um «pirata» à Índia**
20 de Maio de 1498 ·✈ Armada de Vasco da Gama aporta a Calecut 159

Entreacto 160
O primeiro encontro 161

As peripécias na cidade do «Senhor dos Oceanos» 163
A primeira grande batalha naval no Índico 166
Painel II · *Gaspar da Índia – um polaco na corte de Lisboa* 169
Um golpe fulminante no Mediterrâneo 176
A última tentativa do soft power 178
A longa volta até à Terra dos Papagaios 179
A primeira aliança política 180
Painel III · *As primeiras cinco Armadas da Índia e a evolução da estratégia manuelina* 181
A primeira batalha naval da Idade Moderna 186
De novo o «Velho do Restelo» 187
A política com o canhão de bronze 189
«Castelo Manuel», o primeiro quartel-general 191
A inovação portuguesa 192
Manuel lança-se no marketing europeu 193
Veneza e Cairo começam a reagir 195
A fragilidade da «Mãe do Mundo» e dos seus sócios no Índico 198

Acto IV **Fogo no coração, águas nos olhos**
3 de Fevereiro de 1509 ⇢ A vitória naval em Diu 201

Entreacto 202
Uma janela de oportunidade 203
Nasce um Vizo-Rey *em 1505* 206
O mundo do avesso 208
Painel IV · *O primeiro* Regymento *do Império* 209
O itinerário da armada do vice-rei 217
O primeiro embate dos Almeida com o Samorim 219
O primeiro Ano Negro dos Almeida 221
O projecto imperial manuelino de 1506 223
As divergências de um «minimalista» 227
Painel V · *As divergências sobre um império no oceano* 228
Uma má notícia nunca vem só 234
Painel VI · *Os* rumes *chegam ao Índico* 237
Uma vingança que mudaria a história 241
A mãe de todas as batalhas 244

Uma partida *da História* 249
Painel VII · *Como a frente única se desagregou* 250

Acto V **O serviço inacabado do «Grão Cão» das Índias**
Março de 1513 ·✈ O paradigma das escadas de assalto que se partiram em Aden 255

Entreacto 256
O primeiro Blitzkrieg *do «Leão dos Mares»* 258
As lições de novo falhanço em Calecut 261
A difícil conquista de Goa 262
A mão no «olho do Sol» 265
Painel VIII · *A prenda de Frei André do Amaral a Albuquerque* 266
Finalmente a «cabra» de Calecut 268
A primeira derrota estratégica 269
Painel IX · *Quando as escadas de assalto se partiram em Aden* 271
A última viagem 273
A morte do «Leão» ao largo de Goa 274
A herança de Albuquerque 276

Acto VI **Requiem em Jedá**
Abril de 1517 ·✈ A desistência do governador Lopo Soares de Albergaria 279

Entreacto 280
A paragem da «cruzada» manuelina em Marrocos 281
O recuo em Jedá 282
A recomposição muçulmana 284
Uma revoada de mortos 286
O último balão de oxigénio 288

Acto VII **O Recheio das Naus: Audácia, Espadas, Canhões**
Novembro 1505 ·✈ O miolo de uma vantagem estratégica 291

Entreacto 292
A população 293
Lisboa, princesa do Tejo 294
A assimetria 298
A funda de David 302
A artilharia embarcada 303
A infantaria blindada 306
Um império de novo tipo 310
Painel X · *A Inovação portuguesa: o império em rede* 311
Uma armada com recheio 314

Epílogo
O Paradoxo do *Viso-Rey*
1 de Março de 1510 ·→ A história escreve-se por linhas tortas 317

Entreacto 318
Apêndice I · O Calendário Islâmico 323

Apêndice II · A incrível nau *Frol de la Mar* (1501-1512) 327
O mapa-mundo javanês 328

Factos & Datas 331

Bibliografia 345

Notas 349

Introdução

A importância de uma batalha naval há 500 anos

O físico Oscar Mecceci assistia aos telejornais da noite, que corriam no ritmo habitual.

Dois políticos trocavam acusações – as frases sobrepunham-se de tal forma que o pivô, atrapalhado, não sabia bem como os interromper. Com o comando de TV, Oscar fez *zapping*. Um criminalista adensava o mistério no desaparecimento mediático de uma criança. Logo de seguida, o responsável pelo alinhamento das notícias resolvera 'colar' o anúncio da estreia de uma telenovela com um enredo semelhante. O físico carregou instintivamente nos botões para mudar de canal.

Subitamente, parou – em rodapé lia-se: «A seguir: Grandes Batalhas Portuguesas».

As notícias continuavam no mesmo ritmo, e talvez tenha estado uns minutos alheado, depois do filme de mais dois acidentes e quatro mortos na A1, um atentado terrorista no Iraque, um conjunto de trabalhadores de uma confecção que encontrou a porta da fábrica fechada quando chegou para o turno da manhã, um ministro de fala sumida que veio dizer que a economia estava em «velocidade de cruzeiro»... com a notícia simultânea de que o preço do barril de crude tinha atingido novo máximo histórico.

Quando Oscar deu por si, reparou na jovem repórter de microfone em riste.

Um adolescente, de mochila, foi apanhado de surpresa. Tirou um dos auscultadores, uma espécie de cordão umbilical para o iPod, abanou a cabeça e, meio a gozar, disparou:

— Passo!

Um tipo de meia-idade, agitando um diário enrolado em cilindro, colocou-se a jeito. A repórter fez a pergunta sacramental:

— Lembra-se de qual foi a batalha mais importante da nossa história?

— Aljubarrota, meu doce! – o homem não hesitou. E ainda acrescentou, já a repórter fugia com o microfone — Bem precisávamos que regressasse a Padeira de Aljubarrota para vassourar esta cambada.

Uma distinta senhora, mais adiante, fez questão de quase espetar um punho na câmara, exibindo um anel com brasão, e *corrigiu* o brejeiro admirador da Padeira:

— O milagre de Ourique, menina!

A repórter continuou ao acaso e parou junto a um casal – os técnicos de marketing diriam de «classe média». O marido interrogou-se:

— Foi durante as invasões francesas, não?

A cara-metade acrescentou:

— Houve um inglês metido nisso que derrotou as tropas de Napoleão. Do sítio é que não me recordo.

A reportagem tinha deambulado ao acaso até ali, quando, subitamente, um entrevistado foi identificado: era capitão de mar-e-guerra, na reserva. O homem, de densa cabeleira branca, respondeu decidido:

— Diu!

— Diu?! – a repórter ficou surpresa, provavelmente porque aquele nome não constava no guião.

— Diu. 1509. Uma das maiores batalhas navais da História Mundial! – acrescentou o oficial de marinha. E concluiu, com manifesto orgulho, face a uma repórter completamente desconcertada, tremendo ligeiramente o microfone — A mais importante de toda a história da Marinha Portuguesa!

A emissão voltou abruptamente ao estúdio. O pivô anunciou o lançamento de um concurso sobre «As Grandes Batalhas Portuguesas». Em rodapé, um sítio na Web apelava à inscrição.

O físico ficou inquieto com aquele «Diu!» tão assertivo e disse para si mesmo: «É curioso como estas coincidências acontecem, até parece, às vezes, que as coisas vêm ao nosso encontro».

Não só era um tema do seu interesse, sobre o qual tinha escrito algumas linhas numa publicação recente, como uma mensagem de correio electrónico de há umas semanas o desafiava a apanhar o avião e ir ao Cairo. Um professor egípcio, dizendo-se conhecedor e admirador do seu trabalho, comunicava-lhe

que tinham sido encontrados documentos *originais*, preciosos mesmo, sobre aquela batalha ao largo de Diu, em que se defrontaram «os teus e os meus», nas palavras do próprio. E completava a mensagem convidando-o a examinar de perto aquele *tesouro*.

O resto é a história que contamos no Acto I. Uma viagem no tempo, acompanhando as páginas de um diário perdido de um jovem cronista egípcio que viveu intensamente um curto período decisivo – tudo indica entre 1505 e início de 1509 – na década mais violenta de um confronto geoestratégico nas águas do Índico. Os actores: os senhores das rotas marítimas do comércio do Oriente no Mar Vermelho e no Mar Arábico e os intrusos da nova potência naval vindos da ponta ocidental da Europa.

O leitor não encontrará, apenas, um convite para esta narrativa, com personagens e prosas verdadeiras e algumas cenas inspiradas em relatos da época, embalada num diário ficcionado, mas recheado com a sequência real dos eventos que se desdobraram nesta importante fase da História e que acabou por conduzir a nossa civilização à verdadeira Idade Moderna.

Depois de ler o diário de Talib al-Fahani, muitas interrogações se colocarão certamente.

A primeira será, porventura, por que razão num livro português se empurra, logo de início, o leitor para um diário escrito pelo *outro lado*.

Esta abordagem procura atender à necessidade de viajar na História como se fossemos a sobrevoá-la, observando, de cima, a totalidade, e não a parte. Naquela época da História Universal, tão marcada pelo que hoje apelidaríamos de «choque de civilizações», as duas perspectivas no confronto do Índico são indispensáveis para desenharmos o ambiente em que se desenrolaram as estratégias e as batalhas do Oriente. Nas reflexões ideológicas e religiosas do jovem egípcio, o leitor poderá encontrar razões 'estruturais' para a fraqueza do império mameluco (que alguns anos depois seria conquistado pelos otomanos) e para a curta janela de oportunidade que bafejou os portugueses.

É esse contexto próximo, antes e depois de 1509, que desenvolvemos nos Actos seguintes – que, não sendo ficcionados, correrão como se de um outro diário, mais longo, se tratasse, pretendendo levar o leitor desde a decisão tomada em Montemor-o-Novo, em finais de 1495, de mandar Vasco da Gama à Índia, até às consequências do recuo em Jedá, às portas de Meca, em Abril de 1517. Alguns trechos desses capítulos contêm diálogos ficcionados que foram 'repescados' de outros romances históricos ou criados a partir de fontes da época.

Memória da época onde não havia o 'impossível'

A ideia é que o leitor coloque 1509 na agenda da sua memória, agora que se irão passar cinco séculos sobre a batalha.

Apesar de fruto aparente do acaso, motivada por uma vingança de um pai (Francisco de Almeida, então no final do seu vice-reinado da Índia) pela morte de um jovem filho (Lourenço de Almeida) – no confronto de Chaul, em 1508, a que o diário de Talib também se refere –, essa batalha naval ao largo de Diu, ocorrida em Fevereiro de 1509, como bem ilustrou o comandante Saturnino Monteiro em **Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa**[1], foi o ponto decisivo da afirmação de Portugal no Índico, e o marco da sua história como potência global no século XVI.

Não são, apenas, os autores portugueses que destacam a importância decisiva desta batalha no século XVI. O conhecido especialista norte-americano William Weir, por exemplo, autor de várias obras sobre guerras, armas, batalhas e comandantes militares, classifica a batalha de Diu como a 6ª mais importante em toda a história da humanidade[2], e coloca o vice-rei Francisco de Almeida em vigésimo primeiro lugar no *ranking* dos comandantes militares da História[3], aliás o único português na lista dos cinquenta mais importantes.

Weir destaca, ainda, que a vitória em Diu marcou um importante ponto de viragem a favor da Europa, definindo a superioridade tecnológica e militar dos europeus no Oceano Índico, que viria a perdurar pelos séculos seguintes. Correspondeu também, na época, a uma entrada e projecção de potências ligadas ao cristianismo em regiões dominadas pelo *Dar-asIslam*[4].

Quanto ao vice-rei e capitão-mor Francisco de Almeida, Weir atribui-lhe a mestria de mostrar que as naus equipadas com velas e canhões eram muitas vezes superiores às galés, navios que tinham dominado o cenário de todas as batalhas navais até então. Com as suas 18 embarcações, maioritariamente naus e caravelas, o primeiro vice-rei das Índias aniquilou meticulosamente, ao largo de Diu, a frota de mais de uma centena e meia de galés, naus, fustas e paraus de mamelucos, turcos, guzerates e de Calecut. Este é um dos *segredos* da superioridade portuguesa da época, que desenvolvemos no Acto VII.

A este segredo juntava-se a aversão à palavra **impossível**, como dizia, empolgado, o vice-rei Francisco de Almeida: «Riscai essa palavra do vosso dicionário, que não a admito aqui!»[5].

Contudo, essa 'fúria' portuguesa tem de ser colocada no contexto da geoestratégia de projecção mundial formulada pelo monarca Manuel I desde o regresso a Lisboa da primeira viagem a Calecut por Vasco da Gama e, principalmente desde 1501, depois do retorno de Pedro Álvares Cabral, que capitaneou a 2ª Armada da Índia.

A novidade geopolítica, como sublinhou o historiador indiano M. N. Pearson[6], foi o facto de aos portugueses caber «a dúbia distinção de terem sido o povo que introduziu a política no Oceano [Índico]» – oceano onde dominava um sistema de *coopetição*[7] mercantil liderado pela rede muçulmana de estados e cidades.

Essa «introdução da política» seria bem explicada pelo escritor português Latino Coelho. A entrada dos portugueses no Índico trouxe a proclamação do «terror como sistema político e mercantil»[8].

Essa geoestratégia evoluiu, depois, a partir de 1506, para o que o historiador Luís Filipe Thomaz[9] tem apelidado de «projecto imperial manuelino» – uma tentativa de hegemonismo global que assumia diversas vertentes no Mediterrâneo e Médio Oriente, no Índico e na Ásia, no Magrebe e no Atlântico, como bem ilustraram os estudos do historiador Jean Aubin sobre o reinado de Manuel I[10].

A batalha naval de Diu – apesar de ser fruto de uma decisão pessoal de vingança de um vice-rei, de derivar de um 'encontro' entre o acaso das

emoções e as necessidades incontornáveis da História – insere-se nesse projecto hegemonista e é o seu ponto mais alto.

Sentido de um livro

Na série que iniciámos com **Portugal – O Pioneiro da Globalização**, o intuito é que o leitor recorde a História como um *activo simbólico* de um período em que os portugueses foram inovadores no mundo – na geopolítica e na tecnologia, como referimos na «Matriz das Descobertas», publicada nessa obra.

O ano de 1509 não é mais uma data para construir 'milagres' ou engordar uma história mítica de predestinação, com heróis em fúria. Muito menos para advogar, nos dias de hoje, o *hard power* da estratégia de então ou a legitimidade da expansão imperial, com o seu saque e rapina mercenárias, terrorismo de Estado, e «choque de civilizações».

Desde que o monarca João I decidiu, nas reuniões de Torres Vedras, em 1412, apontar para uma estratégia de projecção de poder no exterior da Península, primeiro em direcção a Marrocos, o que a história portuguesa designa por Expansão correu, umas vezes mais vagarosamente, outras vezes em tropel, ao longo de mais de um século e meio.

Nesse longo ciclo, a que nos referimos em **Portugal – O Pioneiro da Globalização**, há algumas datas simbólicas que têm particular implicação no processo evolutivo que gerou 1509, o tema deste novo livro, agora nos 500 anos sobre este evento.

A cronologia é extensa. Dessa sequência de eventos respigamos aqui algumas datas e agrupamento de acontecimentos como cábula para se perceberem os Actos deste livro: **1488** (Bartolomeu Dias dobra o Cabo da Boa Esperança, às ordens de João II – o Atlântico finalmente 'entrava' no Índico, tema central do Acto II); **1494** (o Tratado de Tordesilhas, a primeira divisão política do globo entre grandes potências); **1498** (a chegada de Vasco da Gama a Calecut, e a enorme repercussão, no ano seguinte, em Lisboa, em Veneza, no Egipto, na corte nossa vizinha de *los Reys Católicos* de Castela e Aragão, e no Sacro Império Romano-Germânico, tema central

do Acto III); **1501** (o monarca Manuel I define nova estratégia para a Índia, após o regresso da 2ª Armada de Pedro Álvares Cabral); **1506** (o rei português desenha um projecto hegemonista global, tema central do Acto IV); **1508-1509** (as duas batalhas mais famosas da família Almeida – o primeiro vice-rei das Índias e o «diabo louro» seu filho, os principais protagonistas desses acontecimentos, que, também, abordamos no Acto IV); **1510-1515** (o segundo *Bliztkrieg* do governador Afonso de Albuquerque, com uma nódoa negra em Aden, que abordamos no Acto V); e **1517** (o recuo dos portugueses em Jedá face aos turcos otomanos, que entretanto haviam conquistado o império egípcio mameluco, tema central do Acto VI).

No final deste percurso, o leitor encarará 1509 como uma data enquadrada numa teia complexa de eventos históricos, que compreendeu **duas fases distintas**.

Uma primeira fase estendeu-se pela década de 1498-1508, que poderemos apelidar como *década de alavancagem* do processo de globalização português, e que o historiador indiano Sanjay Subrahmanyam[11] chamou de «década das dores de parto da Ásia Portuguesa».

Uma segunda fase estendeu-se de 1509 a 1519, que poderemos apelidar como *década de travagem* do projecto imperial manuelino, que acabou por definir os **limites** da projecção hegemónica portuguesa. Portugal, a despeito do leque de vantagens estratégicas e técnicas, que analisamos no Acto VII, encontrou uma forte barreira e resistência obstinada às suas intenções de domínio da península arábica e do comércio do Mar Vermelho. Era um passo bem para além do que permitiam as suas pernas, como talvez tenha sido intuído, em certos momentos, pelo estratega Francisco de Almeida, conforme analisamos no Epílogo.

Com a morte do monarca Manuel I, em 1521, o plano hegemonista é, definitivamente, colocado de lado, e o ciclo português de domínio mundial sofrerá transformações qualitativas, particularmente a partir de 1530, no reinado de João III.

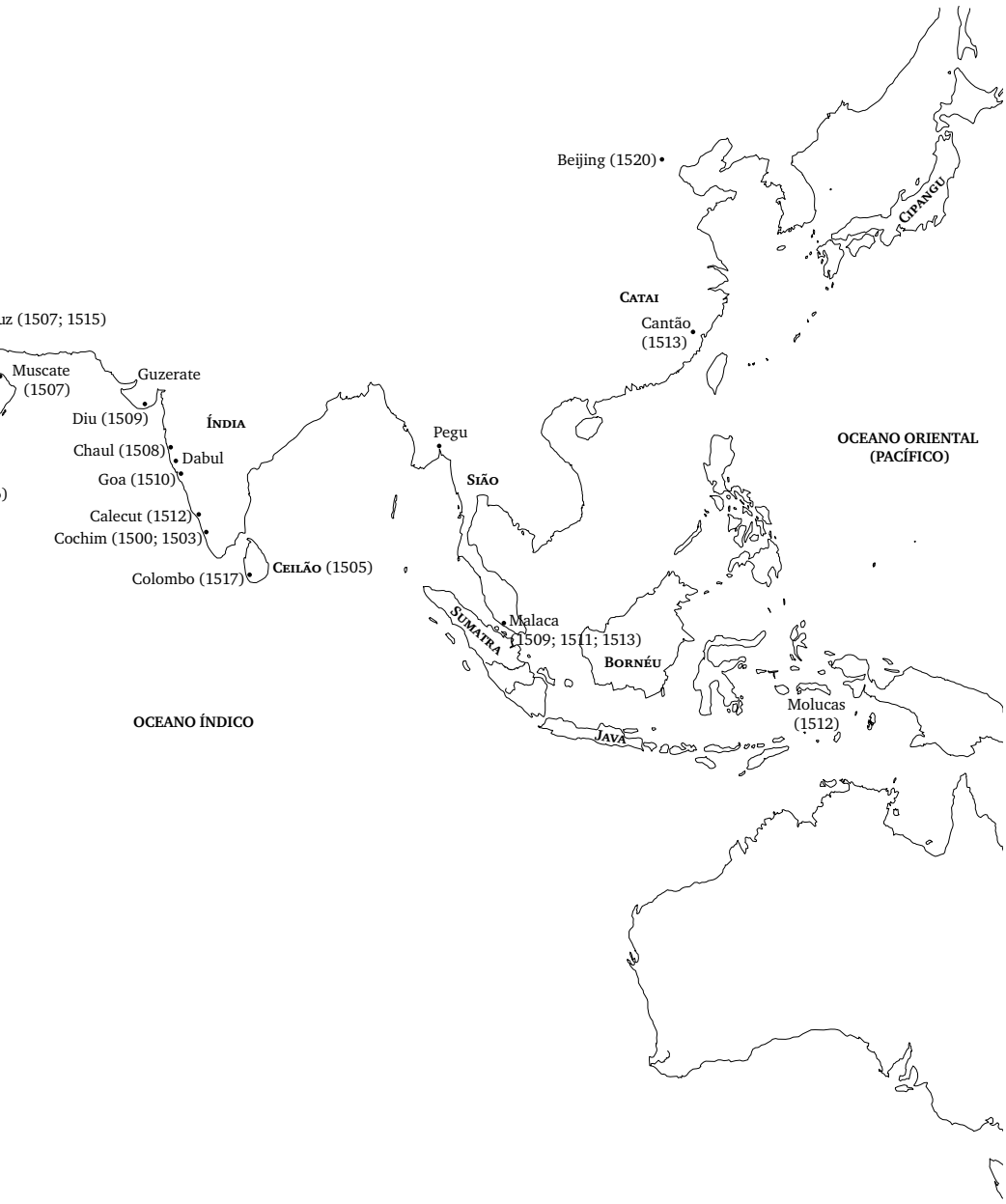
Como em outras ocasiões da História, as tendências hegemonistas aproveitam janelas muito curtas num ciclo mais vasto de liderança mundial por uma determinada potência. E, frequentemente, tais planos hegemónicos soçobram.

Apesar do contributo pioneiro para a construção de um sistema político mundial assente na globalização, revelando-se como a primeira potência verdadeiramente global a partir de 1509, Portugal não se transformou num hegemonista[12]. Em suma, foi a primeira potência global, mas não conseguiu consumar um domínio hegemónico.

Nota final: No mesmo sentido do livro ***Portugal — O Pioneiro da Globalização****, não se usa a escrita de «dom» para os nobres e reis (a não ser em citações de autores terceiros), nem o dizer corrente de termos da época, como «cristãos», «mouros», «fiéis» e «infiéis», mas portugueses, europeus, magrebinos, africanos, muçulmanos, árabes, mamelucos, otomanos, hindus, indianos, consoante o enquadramento, ainda que referindo as 'alcunhas' porque eram conhecidos então («frangues», «rumes», «mouros de Meca», «cafres», etc.) sempre que a narração o justifique. No Diário do jovem egípcio (Acto I), este usa, naturalmente, expressões da época, do ponto de vista muçulmano. Quanto ao uso dos termos árabes, procura-se manter uma grafia próxima da fonética árabe, salvo os casos em que a tradução em português está sobejamente popularizada. Mantém-se, também, o calendário da Hégira (ano em que Maomé emigrou de Meca para Medina) no Acto I, referindo sempre a equivalência para o calendário juliano (quando relativo a eventos anteriores a 1582[13]) ou gregoriano.*

Julho de 2008
Jorge Nascimento Rodrigues e Tessaleno Devezas

Locais e datas relativos aos acontecimentos entre 1497 e 1521


Beijing (1520)
Cipangu
Catai
Cantão
(1513)
uz (1507; 1515)
Muscate
(1507)
Guzerate
Diu (1509)
Índia
Chaul (1508)
Dabul
Goa (1510)
Calecut (1512)
Cochim (1500; 1503)
Colombo (1517)
Ceilão (1505)
Pegu
Sião
OCEANO ORIENTAL
(PACÍFICO)
Sumatra
Malaca
(1509; 1511; 1513)
Bornéu
Molucas
(1512)
Java
OCEANO ÍNDICO

Acto I

O Diário perdido de Talib al-Fahani[1]

1505 – 1509

O olhar do rival sobre as batalhas de Chaul e Diu

«Aquele que não a viu não conhece o poder do Islão!»

Ibn Khaldun[2] sobre a cidade do Cairo em 1392.

[1] Talib al-Fahani é uma personagem de ficção. Simbolicamente, Talib significa aquele que solicita e procura avidamente conhecimento.

Entreacto

O leitor ficará certamente surpreendido. Duas das batalhas mais significativas travadas pelos portugueses no Índico, na era de Quinhentos, são reveladas a partir de uma narrativa – ficcionada – contada pelo «outro lado», isto é, na óptica do rival, que era, naquela época, o império egípcio mameluco.

O olhar do principal inimigo da hegemonia portuguesa no Índico conduzirá o leitor a ver, na história contada por um jovem muçulmano, as razões da vitória final sobre os mamelucos e seus aliados por parte do vice-rei Francisco de Almeida na batalha de Diu, em 1509.

A surpresa de Talib al-Fahani – personagem de ficção – revela bem o sobressalto de todo um império em declínio, o do Cairo, em relação às vantagens que se iam impondo por parte de um 'intruso' europeu, pobre e distante, no Oceano Índico e no próprio Mar Vermelho, mesmo nas barbas dos egípcios. Os desenhos ao detalhe do que o surpreendeu nos portugueses revelam o rigor deste jovem para tentar captar o conhecimento tecnológico e militar da nova potência.

Esta personagem desvenda-se num encontro, também ele ficcionado, no Cairo, numa aventura entre livros antigos, em busca de um tesouro literário numa das mais célebres universidades do mundo muçulmano. Um físico português, historiador amador, e um curador egípcio de uma biblioteca muçulmana vão revelar-lhe o diário de Talib.

O leitor poderá passear*, no Cairo, pelo ambiente cultural e religioso da época que enformava o jovem Talib, como prólogo às batalhas do Índico. Poderá viver as suas emoções e dúvidas, as suas reflexões geopolíticas e simples constatações de factos triviais que apontavam para um resultado inexorável.*

---

[2] Nascido na Tunísia, em 1332, e falecido no Cairo, em 1406, Ibn Khaldum foi um historiador e filósofo muçulmano famoso no seu tempo. Escreveu uma História Universal, fazendo uma análise científica dos acontecimentos, uma abordagem jamais tentada por outro sábio árabe antes dele. Procurou identificar a forma como os factos sociais, económicos, psicológicos e ambientais contribuem para o avanço da Civilização e das correntes da História. Estabeleceu uma relação entre as mudanças sociais e o nível de actividade económica de uma sociedade. A introdução a essa obra ficou conhecida como **Prolegómenos** (*Muqaddimah*) e tornou-se uma obra-prima da literatura sobre a filosofia da história e da sociologia. Com ele, o estudo da História passou a ter uma outra abordagem, propriamente científica e filosófica, adiantando-se em vários séculos à moderna historiografia ocidental.

Katabtu[60]

Allah Akbar!

Cairo, 1º Dhu al-hijjah, 910 aH

[5 de Maio de 1505][61]

Em nome de *Allah*, o Clemente e o Misericordioso, eu, Talib Muhammad ibn Samir al-Fahani, começo hoje, no 1º dia do mês de Dhu al-hijjah, último mês do ano *hijri*[62] de 910, a registar neste diário as minhas observações sobre a expedição mandada preparar pelo sultão Al-Ashraf Qansauh al--Ghuri, sob o comando do Emir Hussain al-Kurdi, para conter o avanço dos *frangues* cristãos que ameaçam os sultanatos muçulmanos da costa oeste indiana, desde Guzerate até Malabar. Esta missão deverá, ainda, reforçar as nossas defesas nas costas leste e oeste do Hijaz e proteger a entrada do Mar Vermelho, para depois expulsar de vez as naus cristãs das águas do Índico, que tanto mal têm infligido a um pacífico comércio, sustentáculo da economia egípcia.

Com este *calam*, que foi do meu pai, e que me foi oferecido ontem, quando completei dezoito anos, pretendo registar o caminho designado por *Allah* para a *jihad al akbar*[63], que trilharemos segundo a Sua vontade.

Nesta missão serei o Seu servo e registarei, para a grandeza do Islão, o nosso empenho, físico e espiritual.

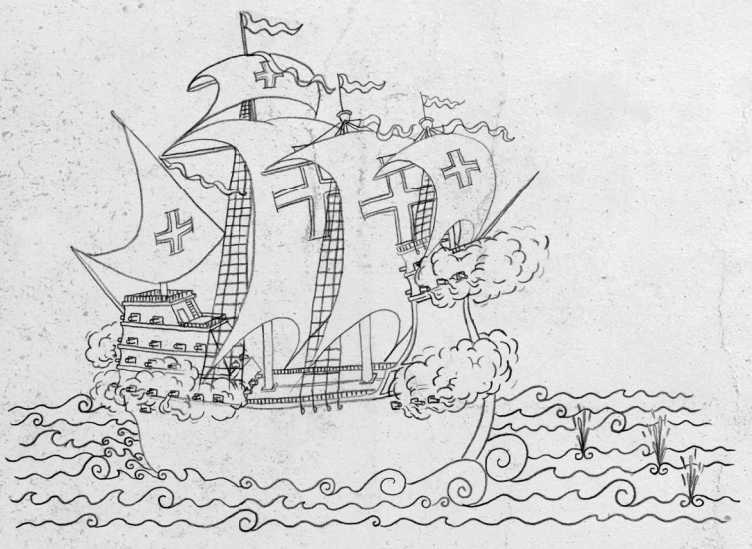
---

[60] *Katabtu* – eu escrevi.
[61] As datas do calendário Juliano foram acrescentadas ao longo do texto pelo tradutor actual, Omar Ishaq, para facilitar a leitura a um não-muçulmano.
[62] *Ano hijri* – ano da Hégira.
[63] *Jihad al-akbar* – a grande guerra santa.

Dhu al-qi'dah 913 aH

(3 de Março – 1 de Abril de 1508)
(data provável)

Hoje, nono dia do mês, o destino da batalha voltou-se a nosso favor, *Allah* em sua suprema Sapiência e Prudência está a conduzir-nos para a vitória contra os *frangues*. Mas a reviravolta aconteceu apenas pelo final do dia, quando a nossa derrota me parecia iminente, devo confessar (que *Allah* me perdoe).



Pela manhã, ao fazer o balanço do primeiro dia de batalha, o Emir Hussain estava muito nervoso e preocupado. Dizia não entender porque as fustas de Malik Ayaz ainda não tinham chegado, desconfiando que ele nos possa ter traído. A nossa nau capitânia está muito danificada, o número de baixas é de mais de duas centenas e já não há pólvora nem petardos. O

cisco de Almeida. Isto provocou uma grande confusão entre os homens da nau capitânia portuguesa, que se afastou, sendo acompanhada pelos demais navios.

O meu primo Telassid contou-me depois que também a sua nau, comandada pelo Emir Maslati, havia sido muito danificada por tiros de pelouros de pedra, que tinham o poder de explodir contra a madeira, produzindo uma imensidão de lascas de madeira esvoaçantes que vinham cravar-se no corpo dos combatentes. Uma destas lascas rasgou a coxa direita do meu primo, o que lhe provocou dores lancinantes e perda de muito sangue. Eu ainda continuava incólume e não tinha ainda tido a oportunidade de bater-me cara a cara com um infiel. A batalha até então tinha sido sobretudo naval, com o zunir das flechas abafadas pelo estrondo dos canhões. A única excepção até aqui, em que aconteceram combates corporais, foi a tomada das galés pelos cristãos, operação conseguida, para minha surpresa, com muita facilidade.

Acto II

O «Lago» Muçulmano

1488-1498

Quando o Atlântico 'entrou' no Índico

«Enquanto o Índico era um mar onde os navegantes olhavam para 'dentro', para o sistema das monções e das rotas marítimas entre os cintos de tormentas, os ventos de comércio do Atlântico estendiam-se para o resto do mundo.»

Felipe Fernández-Armesto, **Civilizations**, 2001

Entreacto

A batalha naval de 1509, de que o diário de Talib al-Fahani nos fala, ocorreu ao largo de Diu, uma cidade do sultanato de Guzerate, a norte, na costa ocidental da Índia.

A vitória portuguesa alcançada no mar por Francisco de Almeida destruiu de vez a legenda do Oceano Índico como um «Lago Muçulmano», um espaço que se formara e consolidara, ao longo de séculos na Idade Média, como uma realidade geopolítica aparentemente inviolável e o maior espaço de economia de mercado da época.

Neste Acto II vamos revisitar esse «Lago» no século XV, quando as expedições chinesas ordenadas pela dinastia Ming terminaram abruptamente e as navegações portuguesas conseguiram, finalmente, entrar no Índico, quebrando, pela primeira vez, a redoma em que vivera aquele oceano.

Pressionadas pela concorrência de Castela na descoberta de um caminho atlântico para a Índia e aproveitando a distracção de Veneza, a senhora do comércio europeu das especiarias, as caravelas portuguesas entraram num novo oceano, cujos segredos só eram conhecidos pelos pilotos muçulmanos e pelos almirantes chineses.

Os navegadores lusitanos deixaram finalmente para trás as frustrações de quase cinquenta anos em busca de um mítico Preste João, jamais encontrado, e as desilusões por não conseguirem dobrar o célebre Promontório da ponta de África.

Acto III

A chegada de um «pirata» à Índia

20 de Maio de 1498
Armada de Vasco da Gama aporta a Calecut

«Al diablo que te doy!
Quien te trajo acá?»

Perguntou Monçaide (Bomtaibo), comerciante muçulmano, natural de Tunis, que falava castelhano e estava radicado em Calecut.

«Vimos buscar christãos e especiaria!»

Respondeu João Martins, degredado, enviado a terra por Vasco da Gama.

Entreacto

O jovem capitão Vasco da Gama movimentou-se em Calecut praticamente às apalpadelas do ponto de vista geopolítico. Os portugueses levaram cinco anos a fazerem a aprendizagem dos contornos da bi-hegemonia dominante no Índico Ocidental repartida entre sultanatos muçulmanos, com o império mameluco egípcio à cabeça, e reinos hindus.

O monarca português Manuel I ensaiou primeiro a diplomacia junto de alegados reinos cristãos do Malabar e os seus capitães-mor das armadas da Índia exploraram habilmente as contradições entre Calecut e cidades portuárias hindus rivais, bem como entre os sultanatos muçulmanos em competição comercial.

Mas o grande argumento *português acabaria por ser a superioridade da artilharia naval e a sua mobilidade oceânica. O monarca em Lisboa optaria definitivamente, em 1501-1502, pela bombarda como ferramenta política, mandando o* soft power *às urtigas.*

Argumento decisivo, a que particularmente os zelosos Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral juntariam um toque pessoal: a prática de «crudelíssimas atrocidades», como a baptizou o escritor Latino Coelho. O que se tornaria regular na década e meia seguinte.

A matriz portuguesa no Índico emergia nos primeiros anos do século XVI, ao fim de um processo evolutivo.

Acto IV

Fogo no coração, águas nos olhos[1]

3 de Fevereiro de 1509
A vitória naval em Diu

«E os que o mataram!
Ah! Os que o mataram comigo se hão-de ver por Deus!
Saberão o que é o velho vice-rei,
Que os que comeram o frangão
Hão-de comer o galo ou pagá-lo!»

Palavras do vice-rei Francisco de Almeida quando soube da morte do filho Lourenço na batalha naval de Chaul em Março de 1508.

Entreacto

Foi a batalha mais importante de sempre da Armada Portuguesa e a vitória naval que permitiu a afirmação de Portugal como potência global no século XVI, dominando o Índico, o oceano-chave das rotas de comércio das mercadorias de maior valor da época – as famosas especiarias, pelas quais os europeus pagavam fortunas e os portugueses dobraram o Cabo das Tormentas.

Ironia da História, esta batalha seria travada não por razões de planeamento estratégico do rei Manuel I em Lisboa, mas por pura vingança do vice-rei Francisco de Almeida, a quem os egípcios e os guzerates haviam morto o filho, um ano antes, na batalha naval de Chaul.

Derrota que empurraria os egípcios para fora do Índico, fazendo-os regressar ao Mar Vermelho, que faria mudar de camisola o governador de Diu, um dos mais activos do reino de Guzerate contra os portugueses, e que deixaria, de novo, politicamente isolado o Samorim de Calecut.

Seria esta vitória naval, alcançada por um vice-rei já destituído, que abriria o terreno para voos mais altos no plano imperial manuelino.

No longo ciclo geopolítico português, a batalha de Diu marca o «momento de execução», o que significou a oportunidade de posicionar a nova potência no lugar liderante a que se julgava com direito no plano mundial.

A oportunidade era marcada pela passagem à defensiva estratégica de Veneza, pela fragilidade crescente do império mameluco, e pela ainda adolescência nas estratégias de globalização das outras potências emergentes europeias e euro-asiáticas – Espanha, França e Império Otomano.

Acto V

O serviço inacabado do «Grão Cão» das Índias

Março de 1513

O paradigma das escadas de assalto que se partiram em Aden

«Deixo a Índia com as principais cabeças tomadas em vosso poder, sem nela ficar outra pendença *se não cerrar-se e muito bem a porta do* Estreyto*»*

Última carta do governador Afonso de Albuquerque ao rei Manuel I[1] em 6 de Dezembro de 1515, antes de falecer na sua nau, a Flor de Rosa, diante de Goa.

Entreacto

O período de Afonso de Albuquerque como governador da Índia (1510-1515) coincidiu com o auge do projecto hegemónico português. Veneza dava sinais claros de estar prisioneira de um dilema estratégico e entrara em declínio no Mediterrâneo, o império mameluco do 'Soldão' egípcio vivia a sua última década de vida e o império turco-otomano ainda não havia tomado o lugar deste último no Mar Vermelho e no Índico.

Albuquerque foi, sem dúvida, o principal executor no Oriente do que é hoje designado por projecto imperial manuelino e contribuiu, também, em parte, para o seu rápido ocaso.

Aden, o porto estratégico às portas do Mar Vermelho, foi a espinha atravessada nas gargantas de Albuquerque e do monarca português. Diversas circunstâncias não permitiram a sua tomada em 1513 e a conclusão de um plano global de cerco aos lugares santos do islamismo e de domínio absoluto das rotas das especiarias, quer a marítima do Cabo como as tradicionais da Península Arábica. A ambição de dar «o maior açoite na casa de Mafomede do que houve de cem anos a cá»[2], nas próprias palavras do governador, ficou gorada.

No entanto, as acções de posicionamento executadas no Oriente por Albuquerque transformaram o Índico num «Lago português». Depois da ocupação de Malaca, em 1511, e do protectorado de Ormuz, em 1515, o oceano das especiarias desenvolveu uma nova lógica económica dominada pelos portugueses, que o próprio Albuquerque designou de «comércio de Índia em Índia», que rapidamente ultrapassou o próprio peso económico da Rota do Cabo.

O período de liderança no Índico permitiu, também, a afirmação e o zénite do novo eixo comercial da pimenta na Europa entre Lisboa e Antuérpia.

Foi, ainda, uma época em que ficaram bem patentes as divergências entre lóbis na corte portuguesa, e Albuquerque foi ele próprio vítima dessas flutuações nos equilíbrios de poder em Lisboa.

Acto VI

Requiem em Jedá

Abril de 1517

A desistência do governador Lopo Soares de Albergaria

«Algo de novo modificou o equilíbrio de forças: os turcos tinham-se apoderado do Egipto e, com o controlo do país, tomaram a direcção das operações navais. A consequência foi uma desastrosa derrota dos portugueses nas águas de Jedá em 1517. Estranhamente, a vitória turca contribuiu para assegurar ao Mediterrâneo, e sobretudo a Veneza, uns setenta anos pelo menos de retoma económica.»

Alvise Zorzi, **La Repubblica del Leone – Storia de Venezia**, 2001

Entreacto

A derrota em Jedá não foi tão desastrosa no local, como refere o historiador veneziano. Não chegou sequer a haver batalha! O comandante da operação anfíbia portuguesa, o governador da Índia, Lopo Soares de Albergaria, decidiu suspender o ataque ao porto, face ao risco de um bombardeamento com êxito por parte da artilharia turca. O que, por alguns, foi considerado bom-senso do chefe militar português, e por muitos, pura cobardia.

A derrota efectiva, não sentida localmente, foi muito mais importante – foi global. O recuo em Jedá mostrou os limites da capacidade de projecção portuguesa e marcou o fim do projecto imperial manuelino, ainda que o rei em Lisboa, provavelmente, disso não se tivesse, ainda, apercebido. Recuo que se juntaria a um outro, iniciado dois anos antes, com a derrota, bem real, em Mamora, no litoral marroquino, onde morreram 4000 portugueses. Uma vez mais foi a artilharia que os dizimou – desta vez, as bombardas marroquinas.

A falta de percepção sobre o significado de Jedá, ainda levou Manuel I a enviar uma segunda expedição ao Mar Vermelho, comandada pelo novo governador, Diogo Lopes de Sequeira. A expedição chegou até onde nenhuma outra havia chegado, mesmo às barbas do Sinai e do Suez, mas politicamente apenas trouxe como prenda o contacto formal com o famoso reino do Preste João.

Este contacto formal alimentaria um último balão de oxigénio do projecto imperial manuelino. Mas entretanto o monarca faleceu com febres. E com ele foi enterrado o projecto imperial das «supremas conquistas» e da grande aliança com o Preste João da Abissínia (um reino que, apesar de estar estrategicamente situado nas costas do Mar Vermelho, se revelaria, rapidamente, de pouca valia).

Acto VII

O Recheio das Naus: Audácia, Espadas, Canhões

Novembro 1505

O miolo de uma vantagem estratégica

«Impossível, Sr. Rui de Mendanha!
Riscai essa palavra do vosso dicionário que a não admito aqui.»

Disse o vice-rei Francisco de Almeida ao capitão fidalgo Rui de Mendanha na tolda da sua nau ao largo da barra de Cochim[1].

Entreacto

Esse era o lema dos portugueses no Índico: Vencer o Impossível!

Mas o que estava para além da fúria e bravura de um «bando de fidalgos aventureiros e de degredados», como os classificava o próprio vice-rei Francisco de Almeida?

O segredo foi a construção de uma vantagem no Índico face a um confronto assimétrico.

Um pequeno país que usou o segredo militar e o efeito surpresa. Que lançou mão do terrorismo de Estado como elemento central da sua estratégia de hard power*, sobretudo a partir de 1502.*

Que conseguiu alimentar essa estratégia porque construiu uma superioridade tecnológica e estratégica de geometria variável.

Nesse pacote incluíam-se as naus portuguesas, a ciência do bombardeio naval e a «ajudinha» alemã na artilharia. Mas, também, a arte portuguesa do ataque anfíbio, as armas e as vestes dos militares portugueses, as fortalezas em ilhas e promontórios, quase inexpugnáveis. Ou, ainda, o uso sistemático do sistema de cáfila*, dos comboios marítimos no Índico.*

Tudo isto envolto num novo conceito de império em rede.

Havia, apenas, um senão que atrapalhava a vantagem portuguesa: as tradições «cruzadistas» dos fidalgos, de que foi vítima mortal o filho do vice-rei na batalha de Chaul e de que se queixava amargamente Afonso de Albuquerque.

Epílogo

O Paradoxo do *Viso-Rey*

1 de Março de 1510
A história escreve-se por linhas tortas

«Aqui jaz D. Francisco de Almeida, Viso-Rey da Índia,
que nunca mentiu nem fugiu.»

Dizeres numa grande cruz de madeira numa tosca sepultura no areal da Aguada de Saldanha (perto da actual Table Bay, África do Sul), onde teria sido enterrado, depois de um assalto frustrado a uma aldeia para roubar gado e crianças[1].

Entreacto

Ainda hoje os historiadores se dividem a favor ou contra duas das personagens centrais de Quinhentos no Índico – Francisco de Almeida, o primeiro vice-rei português para a Índia, a quem devemos a vitória de Diu, e Afonso de Albuquerque, o governador que mais próximo esteve do que se designa por projecto imperial manuelino.

A paixão na tomada de partido revive amiúde os choques da época entre facções na corte. A apreciação e o distanciamento acabam por ficar toldados.

O próprio rei, Manuel I, atrai tanto encómios como críticas severas. Para uns, é o génio tocado pela roda da fortuna histórica (daí o cognome «O Afortunado»), o verdadeiro «Príncipe Perfeito» renascentista. Para outros, um líder hesitante e troca-tintas, muito distanciado do seu antecessor, João II, o pai do «Plano da Índia», que mereceria o cognome com que ficou para a História.

Neste livro, procurámos avaliar as personagens no seu contexto e na evolução da Expansão. A complementaridade histórica pesa mais do que as divergências ocorridas, se a leitura histórica for dinâmica.

Ao abrantino Francisco de Almeida, Portugal deve, sem dúvida, a vitória na batalha naval de Diu há 500 anos, que consolidaria a hegemonia no Índico e a projecção como potência dominante no mundo naquela época. Ainda que escrito por linhas tortas, foi o momento decisivo.

No Vº Centenário, a análise geopolítica e geoeconómica que faltava, pelos autores de **Portugal – O Pioneiro da Globalização**

A Batalha Naval de DIU

3 de Fevereiro de 1509

O contexto
O projecto imperial de El-Rey D. Manuel I

Os rivais, no palco do embate
O vice-rei da Índia, D. Francisco de Almeida
O comandante egípcio, Hussain El-Kurdi (Mir-Hocem)
O Governador de Diu, Malik Ayaz Sultani (Meliquaz)

O local
Ao largo de Diu, no reino de Guzerate, na Índia

A arma secreta dos portugueses
A artilharia de bordo e os 'bombardeiros' alemães

Os derrotados
O império egípcio mameluco
A Sereníssima República de Veneza

Os outros protagonistas da época
(por ordem de entrada em cena nos 7 Actos e Epílogo deste livro)
Kansauh al-Ghuri – Vasco da Gama – Gaspar da Índia – Xóan da Nóvoa – Pedro Álvares Cabral – Amerigo Vespucci – Lourenço de Almeida – Afonso de Albuquerque – André do Amaral – Salman Reis – Lopo Soares de Albergaria

As visões
A de um jovem egípcio da armada de El-Kurdi – a revelação de 'O Diário' (inédito) de Talib al-Fahani
As divergências entre o rei D. Manuel I e o vice-rei D. Francisco de Almeida

Colecção Desafios
www.centroatlantico.pt

ISBN 978-989-615-069-3
9 789896 150693